

Panorama do ensino público de Arquitetura e Urbanismo no Brasil em 2020¹

Panorama of public education in Architecture and Urbanism in Brazil in 2020

Panorama de la educación pública en Arquitectura y Urbanismo en Brasil en 2020

Eixo temático: Arquitetura e Urbanismo, Políticas e projetos urbanos

SIMAS, Tarciso Binoti, Unifesspa, tarcisobinoti@gmail.com

DIAS, Laura Noletto, Unifesspa, lauranoletodias2@gmail.com

LEAL, Joanne, Unifesspa, joanneleal09@gmail.com

Resumo: São inúmeros os impactos que os conhecimentos de Arquitetura e Urbanismo podem repercutir em uma sociedade. Desde 1816, quando fora criada a primeira escola no Brasil, até 2020, são ao todo 67 cursos de Arquitetura e Urbanismo ofertados em 59 instituições públicas. Com isso, este artigo tem por objetivo analisar a distribuição no espaço e no tempo desses cursos públicos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Para tal, foram levantadas as instituições públicas com essa oferta, suas categorias administrativas, total de vagas anual e data de criação. Esses dados foram processados em figuras e tabelas que permitem observar a distribuição de cursos e vagas pelo território brasileiro, a expansão com o plano de expansão e interiorização das Universidades Federais e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e também as assimetrias regionais. Entende-se que continuar projetos de expansão de formação desses bacharéis para áreas mais periféricas seja fundamental, sobretudo pela possibilidade de se planejar sociedades mais equitativas, com maior qualidade de vida e equilíbrio ambiental.

Palavras-chaves: Arquitetura e Urbanismo. Expansão e interiorização das Universidades Federais. Ensino superior público.

Abstract: *There are countless impacts that the knowledge of Architecture and Urbanism can have in a society. Since 1816, when the first school in Brazil was created, until 2020, there are altogether 67 courses in Architecture and Urbanism offered at 59 public institutions. Thus, this article aims to analyze the distribution in space and time of these public courses in Architecture and Urbanism in Brazil. To this end, public institutions with this offer, their administrative categories, total annual vacancies and creation date were surveyed. These data were processed in figures and tables that allow to observe the distribution of courses and vacancies throughout the Brazilian territory, the expansion with the expansion plan and interiorization of the Federal Universities and the creation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology and also regional asymmetries. It is understood that continuing projects to expand the training*

¹SIMAS, T. B.; DIAS, L. N.; LEAL, J. Panorama do ensino público de Arquitetura e Urbanismo no Brasil em 2020. In: CONGRESSO ARAGUAIENSE DE CIÊNCIAS EXATA, TECNOLÓGICA E SOCIAL APLICADA, p. 1-10, 2020, Santana do Araguaia. **Anais...** Santana do Araguaia: II CONARA, 2020.

of these graduates to more peripheral areas is fundamental, especially because of the possibility of planning more equitable societies, with a better quality of life and environmental balance.

Keywords: *Architecture and Urbanism. Expansion and interiorization of Federal Universities. Public higher education.*

Resumen: *Son innumerables los impactos que el conocimiento de Arquitectura y Urbanismo puede tener en una sociedad. Desde 1816, cuando se creó la primera escuela en Brasil, hasta 2020, hay un total de 67 cursos de Arquitectura y Urbanismo ofrecidos en 59 instituciones públicas. Así, este artículo tiene como objetivo analizar la distribución espacial y temporal de estos cursos públicos de Arquitectura y Urbanismo en Brasil. Para ello, se encuestaron las instituciones públicas con esta oferta, sus categorías administrativas, el total de vacantes anuales y la fecha de creación. Estos datos fueron procesados en figuras y tablas que permiten observar la distribución de cursos y vacantes en todo el territorio brasileño, la expansión con el plan de expansión e interiorización de las Universidades Federales y la creación de los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología y también asimetrías regionales. Se entiende que continuar con los proyectos de expansión de la formación de estos egresados a áreas más periféricas es fundamental, sobre todo por la posibilidad de planificar sociedades más equitativas, con mejor calidad de vida y equilibrio ambiental.*

Palabras clave: *Arquitectura y Urbanismo. Expansión e interiorización de Universidades Federales. Educación superior pública.*

1 Introdução

Arquitetura e Urbanismo são campos do conhecimento muito abrangentes. Francis Ching e James Eckler (2014) consideram a Arquitetura como: (1) uma disciplina artística que busca inventar por meio do projeto; (2) uma ciência que conta com técnicas de construção específicas; e (3) uma ciência social que abrange comportamento, percepção e cultura para criar espaços que dêem suporte ao estilo de vida de seus usuários. Para Bruno Zevi (2002, p. 17), o caráter essencial da arquitetura “está no fato de agir com um vocabulário tridimensional que inclui o homem”, sendo que “todos os edifícios colaboram para a criação de dois espaços: os interiores, definidos perfeitamente pela obra arquitetônica, e os exteriores ou urbanísticos, encerrados nessa obra e nas contíguas” (ibid, p. 25). Ademais, segundo Montaner e Muxí (2014, p. 15), Arquitetura e a vida humana tem uma forte relação com “com o poder político e econômico, com a vontade coletiva pelo social e o comum, com o público e a permanência no futuro”.

Existem várias gerações de arquitetos - como Miloon Kothari, Enrique Ortiz, Raquel Rolnik, Ana Sugranyes, Victor Pelli, Graciela Dede e Ana Falú - que se dedicam à política social e de moradia e participam como especialistas em organismos internacionais, como a ONU, a fim de estabelecer o cumprimento dos direitos humanos, especialmente em matéria de moradia, e que assim têm conseguido promover novas legislações internacionais e nacionais. Esses técnicos fazem parte de redes variáveis de entidades e organizações, e alguns deles estão ligados a universidades e institutos de pesquisa científica. [...] Em resumo, a ação política a partir da arquitetura sempre existiu, apesar de haver profissionais que negam essa relação e que fazem política por omissão. Se a política é a organização social de um grupo que se desenvolve em espaço, o lugar no qual esse espaço é criado será integrador ou segregador, inclusivo ou excludente, estará orientado de acordo com a aspiração à redistribuição da qualidade de vida ou com a perpetuação da exclusão e do domínio de poderes. É por isso que a arquitetura é sempre política. (MONTANER; MUXÍ, 2014, p. 64-66).

Portanto, entende-se que se trata de conhecimentos e direitos essenciais para reflexão da nossa sociedade e para projeção de novos cenários tanto em ambientes arquitetônicos como urbanísticos. O primeiro curso de Arquitetura ofertado no Brasil foi pela Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios em 1816 e, em 2020, são 67 cursos ofertados por 59 instituições públicas. Essa distribuição no espaço e no tempo não segue uma regularidade. Há uma assimetria histórico-geográfica que revela grandes concentrações destes cursos e novos investimentos em projetos de interiorização. Partindo disso, este artigo tem por objetivo analisar a distribuição no espaço e no tempo desses cursos de Arquitetura e Urbanismo ofertados em instituições públicas no Brasil. A seguir, são apresentados um breve histórico do ensino público desse curso no Brasil e os projetos de expansão e interiorização, a metodologia aplicada, os resultados alcançados, as discussões e conclusões desta investigação.

2 Breve histórico do ensino superior público no Brasil

Segundo Coelho e Vasconcelos (2009), o Brasil foi um dos últimos países da América Latina a criar instituições de ensino superior, o que somente ocorreu com a vinda da família real para o Brasil. A primeira universidade do Brasil foi desenvolvida com a vinda de Dom João VI que resultou em diversos cursos. Em 1816, foi criada a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios que, em 1820, foi transformada em Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil e atualmente é a Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A segunda mais antiga é a atual Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que foi fundada por Miguel Navarro Canizares em 1877, junto com a Academia de Belas Artes (UFBA, 2020). Com isso,

De acordo com a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura - ABEA (2003) -, em 1933, ano da primeira regulamentação profissional no Brasil, existiam quatro escolas de Arquitetura no país. Além dos cursos da ENBA [Escola Nacional de Belas Artes] do Rio de Janeiro, da Escola Politécnica e da Escola de Engenharia do Mackenzie de São Paulo, havia uma Faculdade independente, a da Universidade de Minas Gerais, criada em 1930. Fiore (1992) menciona, também, a existência de outros dois antigos cursos, da Escola de Belas Artes e da Escola Politécnica da Bahia, fundadas em 1877 e 1896, respectivamente. Ao que tudo indica, esses cursos estavam inoperantes em 1933, como é também o caso do antigo curso de Arquitetura da Escola de Engenharia de Porto Alegre, que funcionou entre 1898 e 1911. Segundo a mesma ABEA, as escolas já eram doze, em 1966; vinte e oito, em 1974; setenta e duas, em 1994 e cento e quarenta e sete, em 2002. Em 2008, são contabilizados cento e oitenta e quatro escolas de Arquitetura. Os períodos de crescimento mais significativos ocorreram entre 1966 e 1974 e entre 1994 e 2002, de 16,66% e 13,02% ao ano, respectivamente. (SALVATORI, 2008, p. 57)

No Rio de Janeiro, o curso se separou da academia de Belas Artes tornando-se a Escola Nacional de Arquitetura em 1937 (UFRJ, 2020). Em Salvador, o curso foi federalizado em 1949, com a incorporação da Escola de Belas Artes à Universidade, através da emenda nº 21 do Projeto de Lei de Nº 494. Isso assegurou também o exercício da profissão em todo o país que provocou posteriormente a revisão da legislação de 1933 que assegurava ao engenheiro civil grande parte dos campos profissionais do arquiteto, com exceção de “obras essencialmente artísticas e monumentais” e de “grandes decorações arquitetônicas”. Em 1959, a Faculdade separou-se da Escola de Belas Artes, estabelecendo-se no edifício onde funcionava a Biblioteca da Secretaria de Educação. O *currículo* do curso de Arquitetura e Urbanismo se formulou tendo como base os conceitos do arquiteto Lúcio Costa e os princípios estabelecidos no

Congresso da União Internacional de Arquitetos, realizado em Lisboa no ano de 1959 de: “desenvolver a sensibilidade plástica, a noção do espaço, a imaginação, a memória visual, o sentido do homem e do caráter”. Em 1961 a Universidade Federal da Bahia cria o *Campus* Universitário, procurando transformar este espaço no grande centro cultural da cidade (UFBA, 2020). Segundo Salvatori (2008), a partir dos anos 1980, houve o aumento de escolas de Arquitetura no mundo ocidental. No Brasil, essa expansão acontece sobretudo a partir dos anos 1990. Em 2002, havia oitenta mil arquitetos no país e uma média de 0,463 arquitetos para cada mil habitantes, equivalente a países como Holanda ou França, com base em dados da União Internacional de Arquitetos (UIA). Com base no sistema dos Conselhos Regional e Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA-CONFEA), em 2007, essa média é de 0,404 arquitetos a cada mil habitantes. Confirma-se, também, a existência de uma escola de Arquitetura para cada milhão de habitantes. Mas, ao mesmo tempo, podem-se observar as grandes diferenças existentes entre as regiões brasileiras, também no que concerne à distribuição de escolas e à presença proporcional de arquitetos, que poderão ser relacionados, por sua vez, a outros indicadores, como o de escolaridade e renda.

A região Norte acumula alguns recordes negativos nos quesitos densidade populacional, número de escolas de Arquitetura e de arquitetos e, ainda, na proporção entre esses e o total da população em que apresenta os indicadores mais baixos. A população total só não é menor que a do Centro-Oeste, acontecendo o mesmo fato com os indicadores de população urbana e de escolas, rendimento médio e escolaridade, somente mais altos que os da região Nordeste. Apesar disso, e embora a taxa média geométrica de crescimento anual venha declinando no Brasil de modo geral, desde a década de 1970, o maior crescimento ocorre nas regiões Norte e Centro-Oeste. Essa seria a contribuição das frentes de expansão retardatária da fronteira e do entorno de Brasília, segundo o IBGE (2001), situação que aponta para uma dinâmica populacional que deverá alterar substancialmente a fisionomia da região dentro de poucos anos. (SALVATORI, 2008, p. 59)

Para Guerra e Rocha (2019), houve baixo crescimento de vagas e novas instituições dos cursos em geral no ensino superior nos anos 1990. Para Camargo e Araújo (2018), a década de 1990 ficou marcada pela primazia do setor privado, embora as décadas seguintes também tenham mantido essa lógica, com Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e manutenção do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Entretanto, houve ampliação das responsabilidades estatais com expansão e interiorização das Universidades Federais (UF) nos anos 2000 e 2010. Em 2003, a realidade dos cursos de graduação revela a desigual distribuição.

Dentre as regiões brasileiras a que apresentava maior percentual de matrículas era a região Sudeste, com 49,34%, seguida da região Sul com 19,17% e a região Nordeste com 16,07% do total das matrículas; por último, as regiões Centro-Oeste e Norte, com 9,49% e ,92% respectivamente, o que apontava para um quadro de assimetria entre as regiões (MEC/INEP, 2003 apud CAMARGO; ARAÚJO, 2018, p. 2).

Com o documento “A democratização e expansão da educação superior no país. 2003-2014”, inicia-se um processo de expansão e interiorização deste segmento. Como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, foi decretado o Programa de apoio a Planos Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (BRASIL, 2007). Em seu primeiro relatório, destacam-se, por um lado, que “apenas 24,31% dos jovens brasileiros, com idade entre 18 e 24 anos, têm acesso ao ensino superior” e por outro uma adesão de 53 das 54 UF existentes ao final de 2007 com aumento de 180 cursos e de 14.826 vagas entre 2007 e 2008 e ênfase na interiorização através da criação de 104 novos *campi* entre 2003 e 2008 (MEC,

2009, p. 3). Entre 2003 a 2007, houve crescimento de 30 mil vagas, enquanto entre 2007 e 2011, foram quase 100 mil vagas (GUERRA; ROCHA, 2019).

A expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com a interiorização dos *campi* das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos *campi* que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação. (REUNI, 2020).

Além das UF, em 2008, foi sancionada a lei nº 11.892 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) (BRASIL, 2008). Com isso, em 2009, grande parte dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), Escolas Técnicas Federais ou vinculadas às UF tornaram-se IF que ofertam cursos de educação profissional e tecnológica, licenciaturas, bacharelados e pós-graduação *stricto sensu*. Em 2019, essa rede somou 661 unidades sendo estas vinculadas a 38 IF, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet) RJ e MG, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas vinculadas às UF e ao Colégio Pedro II (MEC, 2020).

A rede federal de educação profissional, científica e tecnológica vivenciou um movimento de expansão desde a publicação da Lei n. 11892/2008. Esse movimento foi reflexo de uma proposta de educação voltada para a cidadania e pensada como instrumento propulsor da transformação econômica e social do país (BASSO, 2018, p. 5)

Com isso, a expansão e a interiorização das instituições de ensino superior alcançaram áreas mais periféricas em diversas regiões do país. Essa interiorização permite garantir o direito à educação superior em maior abrangência, diminuir as desigualdades regionais, manter ou atrair o homem para as pequenas cidades, impactando no desenvolvimento regional. Trata-se de uma forma de inclusão social por descentralizar e democratizar o acesso ao ensino superior. Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar a distribuição no espaço e no tempo desses cursos de Arquitetura e Urbanismo ofertados em instituições públicas no Brasil.

3 Metodologia

Para alcançar o objetivo proposto, foi construído este desenho desta pesquisa descritiva que conta com coleta de dados secundários e documentais e com os seguintes métodos. Através de consulta ao site do Ministério da Educação², no dia 21 de outubro de 2020, foram levantados os cursos oferecidos por instituições públicas, suas categorias administrativas, total de vagas anual e data de criação. No total, são 67 cursos ofertados em 59 instituições públicas no Brasil. Devido à falta da data neste banco sobre a criação dos cursos da UFBA, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), foi complementada em outras fontes (CAUPE, 2020; UFBA, 2020; UFES, 2020; UFPEL, 2020). Para cálculo de habitantes por vagas, os dados demográficos sobre estados e Brasil foram obtidos no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³ no dia 26 de outubro de 2020. Esses dados levantados foram processados em figuras e tabelas. As ilustrações apresentam mapas com a distribuição espacial e/ou temporal dos cursos de Arquitetura e Urbanismo classificados segundo a categoria administrativa – UF, IF, Universidades Estaduais (UE) e Universidade Municipal (UM) – e ano de criação – desde o

² <https://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada>

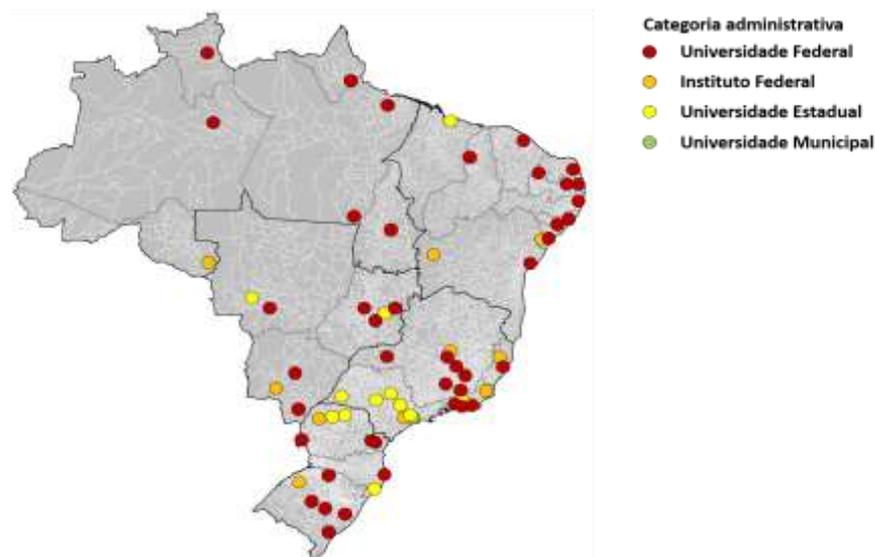
³ <https://cidades.ibge.gov.br/>

século XIX até o ano 2019. As tabelas apresentam a distribuição de vagas absolutas e/ou relativas por instituições, cidades, capitais e de interior, estados, regiões e o total do Brasil. Esses resultados são apresentados a seguir.

4 Ensino público brasileiro de Arquitetura e Urbanismo

O Brasil possui 59 instituições públicas no Brasil que ofertam 67 cursos de Arquitetura e Urbanismo. Há instituições que ofertam mais de um curso em distintos *campi* ou turnos. Em turnos diferentes, são os casos da UFBA e da Universidade de Brasília (UNB). Em locais diferentes, são os casos dos *campi* de Maceió e de Arapiraca da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), de Goiânia e de Cidade de Goiás da Universidade Federal de Goiás (UFG), de Campo Grande e de Naviraí da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), de Bauru e de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), de São Paulo e de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP) e de Santa Maria e de Cachoeira do Sul da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Em relação à categoria administrativa, 44 cursos de Arquitetura e Urbanismo são em UF, 10 em IF, 12 em UE e 01 UM, que é o caso da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). A Figura 1 expressa essa distribuição sobre o território brasileiro. Observa-se a predominância das UF, sobretudo nas capitais. As exceções são as capitais São Luís e São Paulo que tem curso em UE e o estado de Rondônia cujo curso é ofertado somente por IF no interior. Destacam-se ainda as concentrações geográficas de cursos entre Salvador e Natal, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, nas abrangências de Brasília e Goiânia e nos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Por outro lado, uma má distribuição no norte de Minas Gerais, no interior do Nordeste e em grande parte das Regiões Centro-Oeste e Norte, sendo o Acre, o único estado sem oferta.

Figura 1 – Distribuição dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil segundo categoria administrativa



Fonte: Elaboração própria (2020).

Ao comparar a distribuição entre as cidades, a maior parte das vagas estão concentradas nas capitais, embora a maior parte dos cursos estejam no interior (ver Tabela 1). Isso acontece porque os cursos com maior número de vagas estão nas capitais, tais como as 240 vagas ofertadas no Rio de Janeiro, 165 em Salvador, 150 em Belo Horizonte e em São Paulo, 110 em Porto Alegre, 100 em Recife etc. Conforme a Tabela 2, a média brasileira é de 51.050 habitantes por vaga de curso público de Arquitetura e Urbanismo. A Região Centro-Oeste tem a menor taxa relativa de vagas por habitantes, enquanto a Região Nordeste, a maior. A Região Norte

apresenta os menores números de cursos e de vagas. Embora a relação de habitantes por vaga esteja acima da média brasileira, a Região Sudeste é a que mais concentra cursos e vagas. Ali, estão os estados com maior oferta do Brasil: Rio de Janeiro com 484 vagas, Minas Gerais com 477 e São Paulo com 470. Os estados de Minas Gerais e São Paulo apresentam também os maiores números de cursos do Brasil, sete em cada.

Tabela 1 – Distribuição de cursos públicos de Arquitetura e Urbanismo e suas vagas por cidades capitais e de interior

Cidades	Cursos	Vagas
Capitais	29	2.194
Interior	38	1.954

Fonte: Elaboração própria (2020).

Tabela 2 – Distribuição dos cursos de Arquitetura e Urbanismo por regiões

Região	Cursos	Vagas	Hab./vaga
Norte	7	315	56.438
Nordeste	15	923	62.161
Centro-Oeste	10	563	29.315
Sudeste	21	1.523	58.445
Sul	14	824	36.641
Brasil	67	4.148	51.050

Fonte: Elaboração própria (2020).

Tabela 3 – Distribuição dos cursos de Arquitetura e Urbanismo na Região Sudeste

Est.	Universidade	CA	Vagas	Hab./vaga
ES	IFES	UF	32	44.174
	UFES	UF	60	
MG	IFMG	UF	40	44.639
	UFJF	UF	80	
	UFMG	UF	150	
	UFOP	UF	72	
	UFSJ	UF	60	
	UFU	UF	35	
	UFV	UF	40	
RJ	IF Fluminense	UF	70	35.881
	UERJ	UE	50	
	UFRJ	UF	240	
	UFF	UF	74	
	UFRRJ	UF	50	
SP	IFSP	UF	40	98.488
	USP	UE	150	
	USP	UE	45	
	UNICAMP	UE	30	
	UNESP	UE	40	
	UNESP	UE	45	
	USCS	UM	120	
Região Sudeste			1.523	58.445

Fonte: Elaboração própria (2020).

Na Região Norte, conforme Tabela 4, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins apresentam uma boa proporção de habitantes por vaga. Por outro lado, o Pará está na pior relação entre sua população e as vagas ofertadas, embora seja o único estado com duas instituições e com o maior número de vagas da região. Na Região Centro-Oeste, todos os estados têm uma média inferior à nacional e mais de um curso (ver Tabela 5).

Tabela 4 – Distribuição dos cursos de Arquitetura e Urbanismo na Região Norte

Est.	Universidade	CA	Vagas	Hab./vaga
AM	UFAM	UF	50	84.154
AP	UNIFAP	UF	50	17.235
PA	UNIFESSPA	UF	30	96.564
	UFPA	UF	60	
RO	IFRO	UF	40	44.912
RR	UFRR	UF	35	18.034
TO	UFT	UF	50	31.805
Região Norte			315	56.438

Fonte: Elaboração própria (2020).

Tabela 5 – Distribuição dos cursos de Arquitetura e Urbanismo na Reg. Centro-Oeste

Est.	Universidade	CA	Vagas	Hab./vaga
DF	UNB	UF	80	21.822
	UNB	UF	60	
GO	UEG	UE	60	50.811
	UFG	UF	35	
	UFG	UF	45	
MS	IFMS	UF	40	20.067
	UFMS	UF	50	
	UFMS	UF	50	
MT	UNEMAT	UE	80	24.659
	UFMT	UF	63	
Região Centro-Oeste			563	29.315

Fonte: Elaboração própria (2020).

De acordo com a Tabela 6, na Região Nordeste, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe possuem dois cursos e médias de habitante por vaga menores que a nacional. Por outro lado, acima dessa média, estão Bahia mesmo com maior oferta de cursos e de vagas da região, Ceará com a pior relação do país, além de Maranhão, Pernambuco e Piauí. Na Tabela 7, destacam-se Paraná e Rio Grande do Sul com seis cursos em cada estado e, respectivamente, os totais de 318 e 346 vagas. Embora Santa Catarina tenha dois cursos, sua relação entre população e vagas é menor do que a nacional.

Tabela 6 – Distribuição dos cursos de Arquitetura e Urbanismo na Região Nordeste

Est.	Universidade	CA	Vagas	Hab./vaga
AL	UFAL	UF	40	29.924
	UFAL	UF	72	
BA	IFBA	UF	30	76.567
	UFBA	UF	120	
	UFBA	UF	45	
CE	UFC	UF	64	143.548
MA	UEMA	UE	60	118.577
PB	UFCEG	UF	40	36.721
	UFPB	UF	70	
PE	UFPE	UF	100	96.166
PI	UFPI	UF	60	54.691
RN	UFRN	UF	42	28.969
	UFERSA	UF	80	
SE	IFS	UF	50	23.188
	UFS	UF	50	
Região Nordeste			923	62.161

Fonte: Elaboração própria (2020).

Tabela 7 – Distribuição dos cursos de Arquitetura e Urbanismo na Região Sul

Est.	Universidade	CA	Vagas	Hab./vaga
PR	IFPR	UF	40	36.216
	UEL	UE	60	
	UEM	UE	40	
	UNILA	UF	30	
	UFPR	UF	60	
	UTFPR	UF	88	
RS	IFFarroupilha	UF	30	33.014
	UFFS	UF	50	
	UFPEL	UF	66	
	UFMS	UF	60	
	UFMS	UF	30	
	UFRGS	UF	110	
SC	UDESC	UE	80	45.328
	UFSC	UF	80	
Região Sul			824	36.641

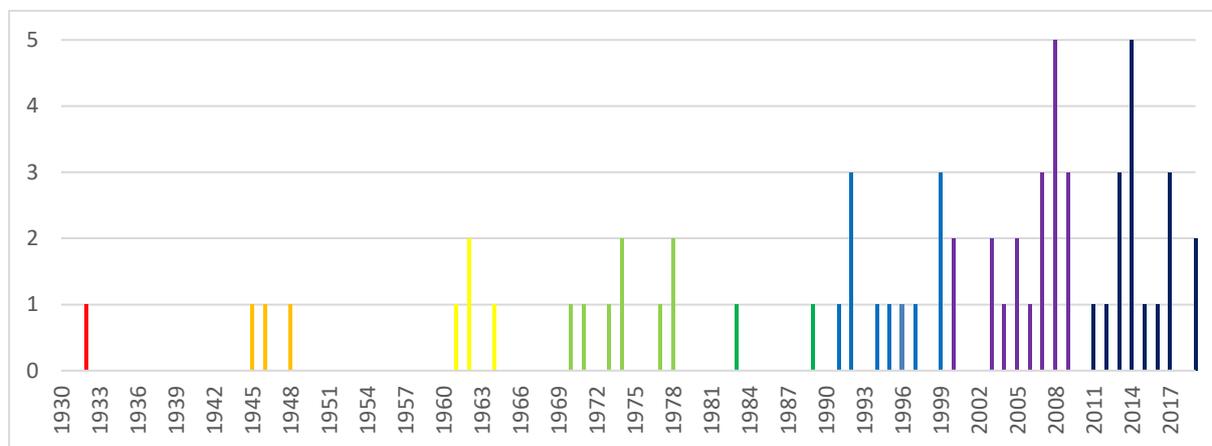
Fonte: Elaboração própria (2020).

No século XIX, foram criados os cursos que atualmente pertencem à UFRJ em 1816 e à UFBA em 1877. No século XX, o primeiro curso a ser criado foi o pertencente à UFPE em 1932. Nos anos 1940, são criados os novos cursos da UFRGS em 1945, o primeiro da Região Sul, da UFMG em 1946 e da USP em 1945. Depois da inércia na década de 1950, nos anos 1960, são abertos na UFPR em 1961, UFPA e UNB em 1962, os primeiros das Regiões Norte e Centro-Oeste, e na UFC em 1964. Nos anos 1970, além da UFF em 1970, UFRN em 1973, UFAL e UFPB em 1974 e da UFSC em 1977, foi criado o primeiro curso estadual e no interior, na UEL, na cidade de Londrina em 1978. Nos anos 1980, São Paulo é o único estado que abre novos cursos públicos de Arquitetura e Urbanismo, ambos no interior pela UNESP em Bauru em 1983 e pela USP em São Carlos em 1989.

Nos anos 1990, houve um salto com onze novos cursos, sendo seis no interior. Nas capitais, foram criados na UFPI em 1992, na UFMT em 1994, na UEMA em 1996, na UFMS e UFT em 1999. No interior, só em Minas Gerais, são criados três novos na UFV em 1991, na UFJF em 1992 e na UFU em 1995, além da UFMS em 1992, UNICAMP em 1997 e UEM em 1999. Nos anos 2000, são dezenove cursos novos, sendo dez em cidades do interior. Nas capitais, são criados na UNIFAP em 2004, na UFRR em 2005, na UFS em 2006, na UFG, UFAM e nos cursos noturnos na UNB e na UFBA em 2008, e UTFPR em 2009. Em direção ao interior, são abertos na UFRRJ em 2000, em Presidente Prudente pela UNESP e na UNEMAT em 2003, em Campos dos Goytacazes pelo pioneirismo do IF Fluminense em 2005, em Arapiraca pela UFAL, na UDESC e na UFSJ em 2007, na UFOP em 2008 e em Erechim pela UFFS e na UFCEG em 2009. A partir de 2010, são criados dezessete novos cursos, sendo um único em capital que é o caso do IFSP em 2013, uma única estadual, a UERJ, em 2014 e a primeira municipal, USCS,

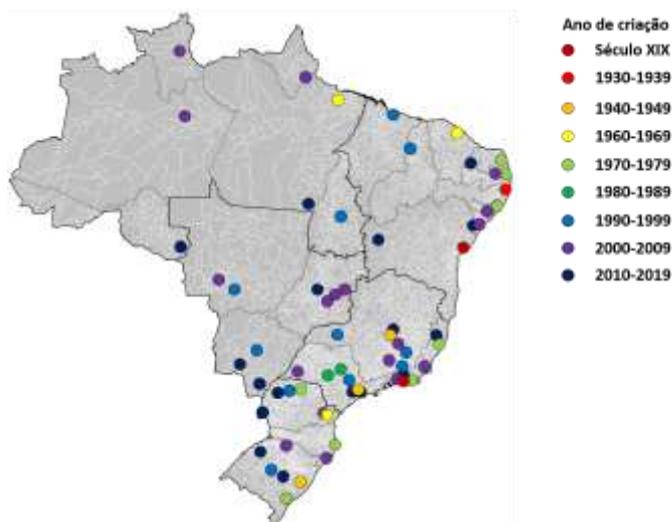
em 2016. Os demais são todos federais no interior, sendo a maioria por IF, oito, em comparação a UF, seis. São eles, os cursos criados pela UNILA em 2011, pelo IFES em 2012, pelas UFG e UFMS em 2013, pelos IFMG, IFBA, IF Farroupilha e em Cachoeira do Sul pela UFSM em 2014, pela UFERSA em 2015, pelos IFMS, IFPR e IFRO em 2017 e pelos IFS e Unifesspa em 2019. A distribuição desses cursos no espaço e no tempo pode ser observada nas Figuras 2 e 3.

Figura 3 – Gráfico dos cursos de Arquitetura e Urbanismo por ano de criação desde os anos 1930



Fonte: Elaboração própria (2020).

Figura 4 – Mapa dos cursos de Arquitetura e Urbanismo por ano de criação desde o Século XIX



Fonte: Elaboração própria (2020).

É relevante destacar que até os anos 1980, os cursos de Arquitetura e Urbanismo em instituições públicas apreciam pontualmente, principalmente em algumas capitais de estados litorâneos e de Minas Gerais. Vale ressaltar que nos anos 1970 e 1980 há uma interiorização dentro dos estados de São Paulo e Paraná. A partir dos anos 1990, há outras capitais contempladas com novos cursos no Centro-Oeste, Nordeste e Norte e cidades de interior no Sudeste e Sul. Já nos anos 2000 e 2010, há maior expansão e interiorização dos cursos de Arquitetura e Urbanismo em instituições públicas.

5 Discussões

Conhecer esse atual panorama dos cursos de Arquitetura e Urbanismo em instituições públicas é fundamental para reflexão sobre tais oportunidades e também pelas possibilidades que suas atribuições podem retornar à sociedade. Apesar da importância do ensino em instituições privadas, que podem ser incorporado em estudos futuros, esta pesquisa destaca a importância do estado nessa formação, pois “a educação pública deve ter como objetivos fundamentais: a preparação para a vida em uma sociedade técnico-informacional; formação para cidadania crítica e participativa e a formação ética” (BASSO, 2018, p. 5). Nesse sentido, é possível observar importantes fotografias sobre o ensino público de Arquitetura e Urbanismo. Ao longo da trajetória histórica, embora Guerra e Rocha (2019) e Camargo e Araújo (2018) destacam o baixo crescimento de vagas e novas instituições de ensino superior em geral nos anos 1990, em relação aos cursos de Arquitetura e Urbanismo, conforme Salvatori (2008), houve um significativo avanço nesse final do século XX. Isso pode ser observado nos onze novos cursos instalados principalmente em capitais do Centro-Oeste, Nordeste e Norte e em cidades do interior no Sudeste e Sul. Já nos anos 2000 e 2010, há maior expansão e interiorização com, respectivamente, dezenove e dezessete novos cursos de Arquitetura e Urbanismo em instituições públicas. Isso é condizente com os planos de expansão e interiorização das UF e da criação dos IF e o crescimento dos campi e dos cursos de graduação como um todo (BASSO, 2018; GUERRA; ROCHA, 2019; MEC, 2009; REUNI, 2020). Na distribuição espacial, as maiores concentrações de universidades estão entre Salvador e Natal, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, nas abrangências de Brasília e Goiânia e nos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A maior parte das vagas ofertadas ainda está concentrada nas capitais, o que pode induzir deslocamentos de pessoas para tais concentrações. Por outro lado, a interiorização já traz interessantes resultados, pois a maioria dos cursos estão situados fora de capitais. Em relação às regiões, observa-se que 36,71% das vagas ofertadas se concentram no Sudeste, 22,25% no Nordeste, 19,86% no Sul, 13,57% no Centro-Oeste e 7,59% no Norte.

Ao comparar as vagas com populações, a Região Sul apresenta melhor distribuição por habitante, além de bom arranjo espacial. No Centro-Oeste, a proporção por população é melhor, mas é preciso considerar a área de abrangência em grandes dimensões territoriais. O Sudeste tem alta proporção, mas há significativa distribuição de cursos em seu território. No Nordeste, há má distribuição, pois a maior parte dos cursos estão próximos ao litoral, e a região ainda apresenta a pior proporção do país com destaque para os estados da Bahia, mesmo com maior oferta de cursos e de vagas da região, Ceará com a pior relação do país, além de Maranhão, Pernambuco e Piauí. A Região Norte apresenta os menores números de cursos e de vagas e os maiores desafios para melhorar esta distribuição espacial e por habitante, sobretudo nos estados do Acre, onde não há oferta de curso público, no maior estado brasileiro, Amazonas, onde só há um curso e no Pará, onde há a pior relação entre sua população e as vagas ofertadas nesta região. Com isso, a expansão e a interiorização das instituições de ensino superior alcançaram áreas mais periféricas em diversas regiões do país. Observa-se que, de um modo geral, as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul alcançaram boas médias de vagas por habitantes. Por outro lado, apesar dos investimentos em interiorização, a região Norte continua acumulando déficits de cursos de Arquitetura e Urbanismo, não superando a crítica já apontada por Salvatori (2008, p. 59). Nesse sentido, é preciso avançar em novas frentes de interiorização para garantir o direito à educação superior com maior abrangência, diminuir as desigualdades regionais e manter ou atrair o homem para as pequenas cidades, impactando no desenvolvimento regional. Trata-se de uma forma de inclusão social por descentralizar e democratizar o acesso ao ensino superior, mas sobretudo porque “arquitetura é sempre política” (MONTANER; MUXÍ, 2014, p. 66). Para trabalhos futuros, destacam-se possíveis lacunas a serem investigadas, tais como a inclusão e/ou comparação com dados do ensino privado, de profissionais formados, de renda da população,

de acesso à educação básica e superior e de qualidade do ensino.

6 Conclusão

Os processos de interiorização do ensino público, apesar de serem recentes nessa trajetória histórica, estão permitindo avançar novas fronteiras, nesse caso da oferta de cursos de Arquitetura e Urbanismo por instituições públicas. No entanto, são inúmeros os desafios para superar as assimetrias histórico-geográficas do Brasil e esse processo tem repercutido de forma diferente em cada região. É possível observar uma concentração maior do ensino público de Arquitetura e Urbanismo nas principais centralidades. A Região Sul, que já tinha significativo número de cursos, alcançou uma boa distribuição espacial e média por habitante. O Sudeste do país é destacado positivamente na quantidade de cursos e vagas, embora haja uma média maior que a nacional. Devido à sua concentração populacional, é importante refletir sobre a possibilidade de novas frentes de interiorização em outras regiões do país, em vez de concentrar novos investimentos no Sudeste. No Centro-Oeste, embora tenha uma boa média em relação a habitantes, é importante sua ampliação para áreas mais periféricas devido às grandes distâncias. No Nordeste, é importante que a expansão reduza a proporção de habitantes por vaga e adentre em seu interior, criando novas centralidades afastadas do litoral. Na Região Norte, destacam-se o Acre que não tem oferta de curso público; o Pará pelo maior número de habitantes por vagas ofertadas e o Amazonas que, apesar de ser o maior estado do País, só contabiliza um único curso. Esta pesquisa pode se desdobrar em trabalhos futuros que incluam novos dados sobre ensino privado, profissionais formados, renda da população, acesso à educação básica e superior e qualidade do ensino. Isso pode contribuir ainda mais na justificativa de projetos de interiorização de universidades e mais especificamente de cursos de Arquitetura e Urbanismo, pois trata-se de oportunidades de distribuição de conhecimentos importantes para o desenvolvimento de sociedades, cidades e regiões.

Referências

BASSO, L. del P. Os institutos federais e a educação profissional: uma década de implementação. **4º Congresso de Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 30 DEZ. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 15 dez. 2020.

CAMARGO, A. M. M.; ARAUJO, I. M. . Expansão e interiorização das universidades federais no período de 2003 a 2014: perspectivas governamentais em debate. **Acta Scientiarum. Education** (ONLINE), v. 40, p. 1-11, 2018.

CAU/PE. UFPE celebra 70 anos fundação. Disponível em: <https://www.caupe.gov.br/ufpe-celebra-70-anos-de-fundacao/#:~:text=O%20curso%20de%20Arquitetura%20e,v%C3%A1lidos%20em%20todo%20o%20Brasil>. Acesso em: 27 out 2018.

CHING, F. D. K.; ECKLER, J. F. **Introdução à arquitetura**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

COELHO, S. S.; VASCONCELOS, M. C. C. A criação das instituições de ensino superior no Brasil: o desafio tardio na América Latina. In: **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2009, Florianópolis**. Anais do IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis: UFSC, 2009. v. 1. p. 1-22.

GUERRA, A. C.; ROCHA, A. R. M. E. . Reuni no contexto das universidades federais brasileiras: números, avanços e retrocessos. In: Antônia Rozimar Machado e Rocha; Aurilene Alves de França; Clarice Zientarski; Iliane Maria Pimenta Rodrigues; Jânio Nunes Vidal. (Org.). **Capitalismo Contemporâneo e Educação Brasileira**. 1ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018, v. 1, p. 21-318.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 out. 2020.

MEC. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano. s.l., MEC, 2009**. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 dez. 2020.

MEC. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituições da Rede Federal**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

REUNI. RESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS. Disponível em

http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81. Acesso em 14 dez. 2020.

SALVATORI, E. Arquitetura no Brasil: ensino e profissão. **Arquiteturarevista**. Vol. 4, n° 2:52-77 (julho/dezembro 2008). doi: 10.4013/arq.20082.06

UFBA. Histórico. Disponível em: <https://arquitetura.ufba.br/pt-br/historico#:~:text=O%20Curso%20de%20Arquitetura%20foi,a%20Academia%20de%20Belas%20Artes>. Acesso em: 27 out 2018.

UFES. Histórico. Disponível em: <http://www.arquitetura.ufes.br/pt-br/hist%C3%B3rico#:~:text=O%20Curso%20de%20Gradua%C3%A7%C3%A3o%20em,realiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20seu%20primeiro%20vestibular>. Acesso em: 27 out 2018.

UFPEL. Histórico do curso. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/faurb/historia/#:~:text=O%20Curso%20de%20Arquitetura%20e,Arquitetura%20no%20Instituto%20de%20Artes>. Acesso em: 27 out 2018.

UFRJ. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: projeto pedagógico. Rio de Janeiro: Faufrj, 2006. 20 p. Disponível em: http://www2.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/05/FAU_Projeto_pedagogico_2006.pdf. Acesso em: 29 out. 2020.

ZEVI, B. **Saber Ver a Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.